

Professores enfrentam rotina difícil no interior

Fotos de Jorge Marinho

ANA VIRGÍNIA ROMERO

Acordar às 4h, pegar carona no caminhão de leite e percorrer a pé cerca de 14 quilômetros (equivalente à distância do Centro do Rio ao Leblon) de estrada íngreme de barro, no total de três horas de viagem, é a rotina diária da professora Eledy Grimaldi, de 42 anos, para dar aula, a partir das 7h, na Escola Estadual Santa Marta, localizada a 60 quilômetros do Município de Porciúncula, no extremo norte do Estado do Rio de Janeiro, próximo à divisa entre Minas Gerais e o Espírito Santo. O duro dia-a-dia de Eledy, que enfrenta o difícil — em alguns casos, até impossível — acesso às escolas nos dias de chuva, é compartilhado pela maioria das professoras das escolas rurais do Norte Fluminense. Nas escolas, elas ainda convivem com precárias condições de conservação dos prédios, falta de refeitórios e até de banheiros.

A recém-nomeada Gerente Administrativa do Núcleo de Educação Comunitária (NEC) de Porciúncula, Jacira Simões Coutinho, com mais de dez anos de magistério, lecionou durante os dois últimos anos na Escola Estadual Sebastião Rodrigues França, a 26 quilômetros da sede do município, o que, assegura, é considerado perto em relação a outras escolas. Durante esse período, ela foi forçada a gastar mensalmente CZ\$ 1,3 mil de seu salário de pouco mais de CZ\$ 3 mil para fretar, junto com outras professoras, uma Kombi para levá-las às escolas. Agora, como integrante do NEC, ela aproveitou a visita do Secretário estadual de Educação, Carlos Alberto Direito, a oito municípios do Norte Fluminense na semana passada para reivindicar, entre outras coisas, melhores condições de acesso às escolas para as professoras que trabalham na área rural.

Carlos Alberto Direito percorreu em um microônibus os municípios de Santo Antônio de Pádua, Bom Jesus do Itabapoana, Natividade, Por-



Tacos despregados na sala de aula



Por falta de refeitório, a professora é obrigada a servir a merenda aos alunos nas próprias carteiras escolares

ciúncula, Itaperuna, Laje de Muriaé, Miracema e Itaocara. Ele e sua comitiva se reuniram com gerentes dos NECs de cada município, diretores e dirigentes de escolas, a maioria na zona rural. Em todos os lugares, ouviram reivindicações semelhantes: reforma e ampliação de escolas, auxílio para o difícil acesso, repasse de material didático, mobiliário adequado ao Pré-escolar e reabertura de escolas fechadas por falta de professores que não querem trabalhar fora da área urbana.

Ao visitar a Escola Estadual Valão do Cedro, no 1º Distrito de Itaperuna, Carlos Alberto Direito, acompanhado de um engenheiro da Assesso-

ria de Arquitetura e Engenharia da Secretaria, Cornélio de Souza Melo Neto, determinou a interdição imediata do estabelecimento. A medida foi tomada depois de constatado o perigo de desabamento do telhado que estava com todo o madeirame de sustentação destruído por cupins. Apesar disso, a escola continuava funcionando com 28 alunos do Pré-escolar à 4ª série, distribuídos em dois turnos diurnos e um noturno. Apesar de contar com instalação elétrica e rede de energia instalada em um poste a menos de dois metros, as aulas da noite eram dadas com o auxílio de um lampião acoplado a um botijão de gás, porque a ligação elé-

trica não foi concluída.

— É preferível — disse o Secretário — correr o risco de não ter para onde remanejar os alunos do que permitir que o telhado da escola caia sobre suas cabeças.

A Supervisora Educacional do NEC de Itaperuna, Maria Leila Guimarães Garcia, disse que 40 por cento das escolas rurais do Município não têm banheiro e, em muitos casos, as professoras são forçadas a pedir que os alunos se retirem da sala para usar latas improvisadas. Em todos os municípios visitados pelo Secretário, também não há refeitórios nas escolas na zona rural.